



SERRARIA-PB

PREFEITURA MUNICIPAL DE SERRARIA - PARAÍBA

AGENTE DE COMBATE ÀS ENDEMIAS

- ▶ Língua Portuguesa
- ▶ Informática
- ▶ Ética
- ▶ Conhecimentos Profissionais
- ▶ Saúde Pública

INCLUI QUESTÕES GABARITADAS

EDITAL N° 001/2025



BÔNUS

ÁREA DO
CONCURSEIRO

- **Português:** Ortografia, Fonologia, Acentuação Gráfica, Concordância, Regência, Crase e Pontuação.
- **Informática:** Computação na Nuvem, Armazenamento em Nuvem, Intranet, Internet, Conceitos, Protocolos e Segurança da informação.

41
ANOS
A SOLUÇÃO PARA O SEU CONCURSO



AVISO IMPORTANTE:

Este é um Material de Demonstração

Este arquivo é apenas uma amostra do conteúdo completo da Apostila.

Aqui você encontrará algumas páginas selecionadas para que possa conhecer a qualidade, estrutura e metodologia do nosso material. No entanto, **esta não é a apostila completa.**

POR QUE INVESTIR NA APOSTILA COMPLETA?

- ✖ Conteúdo totalmente alinhado ao edital
- ✖ Teoria clara, objetiva e sempre atualizada
- ✖ Questões gabaritadas
- ✖ Diferentes práticas que otimizam seus estudos

Ter o material certo em mãos transforma sua preparação e aproxima você da **APROVAÇÃO.**

Garanta agora o acesso completo e aumente suas chances de aprovação:
<https://www.editorasolucao.com.br/>



SERRARIA - PB

PREFEITURA MUNICIPAL DE SERRARIA -
PARAÍBA - PB

Agente de Combate às
Endemias

EDITAL Nº 001/2025

CÓD: SL-129JN-26
7908433290797

Língua Portuguesa

1. Compreensão e interpretação de textos	7
2. Ortografia oficial	10
3. Acentuação gráfica.....	12
4. Emprego das classes de palavras	13
5. Emprego do sinal indicativo de crase.....	22
6. Sintaxe da oração e do período	23
7. Mecanismos de coesão textual.....	28

Informática

1. Conceitos básicos de Informática com ênfase em funcionalidades, atalhos e boas práticas	37
2. Sistemas Operacionais (Windows/Linux). Atalhos e Formatação no Windows	38
3. Pacote Office (Word, Excel, PowerPoint)	62
4. Internet e Navegadores	99
5. Segurança da Informação	104
6. Backup	109
7. Hardware e Software	110
8. Redes	115
9. Correio Eletrônico	118

Ética

1. Ética na Administração Pública; Principais Deveres do Servidor Público; Vedações ao Servidor Público; Código de Ética Profissional do Servidor Público Civil do Poder Executivo Federal (DECRETO Nº 1.171, DE 22 DE JUNHO DE 1994)	127
---	-----

Conhecimentos Profissionais Agente de Combate às Endemias

1. Ações de controle de endemias; Doenças endêmicas e epidêmicas	137
2. Atuação do Agente de Combate às Endemias; Educação em saúde e mobilização social; Ética e legislação aplicada ao ACE; Lei nº 11. 350/2006 (ACE e ACS).....	141
3. Avaliação de riscos ambientais; Saúde ambiental	153
4. Biologia e ciclo de vida de vetores; Manejo integrado de vetores; Controle biológico de vetores; Controle mecânico e ambiental; Controle químico de vetores; Medidas de prevenção e controle	154
5. Biossegurança no trabalho em saúde; Segurança e uso de equipamentos de proteção individual (EPI)	160
6. Diagnóstico situacional em saúde.....	163
7. Endemias urbanas e rurais.....	164
8. Epidemiologia básica	165
9. Georreferenciamento e mapeamento de áreas.....	167
10. Indicadores epidemiológicos	170

ÍNDICE

11. Sistema Único de Saúde (SUS); Legislação do Sistema Único de Saúde (SUS)	177
12. Noções de saneamento básico	196
13. Notificação compulsória de doenças	197
14. Planejamento e organização das ações de campo	201
15. Políticas públicas de saúde	202
16. Primeiros socorros básicos	206
17. Promoção da saúde	220
18. Registro e sistemas de informação em saúde	224
19. Técnicas de inspeção domiciliar	227
20. Trabalho em equipe multiprofissional	228
21. Vigilância ambiental em saúde; Vigilância epidemiológica	229
22. Zoonoses	231

Saúde Pública

1. Sistema Único de Saúde (SUS); Princípios e diretrizes do SUS	239
2. Políticas públicas de saúde	239
3. Financiamento do sistema de saúde	239
4. Planejamento e gestão em saúde pública	244
5. Vigilância em saúde; Vigilância epidemiológica	247
6. Vigilância sanitária	250
7. Promoção e prevenção em saúde	253
8. Atenção básica e Estratégia Saúde da Família	255
9. Direitos e deveres do usuário do SUS	259
10. Legislação sanitária	264
11. Controle social e participação popular na saúde	265
12. Responsabilidades dos entes federativos na saúde	270
13. Bioética e saúde pública	274

LÍNGUA PORTUGUESA

COMPREENSÃO E INTERPRETAÇÃO DE TEXTOS

DIFERENÇA ENTRE COMPREENSÃO E INTERPRETAÇÃO

A compreensão e a interpretação de textos são habilidades interligadas, mas que apresentam diferenças claras e que devem ser reconhecidas para uma leitura eficaz, principalmente em contextos de provas e concursos públicos.

Compreensão refere-se à habilidade de entender o que o texto comunica de forma explícita. É a identificação do conteúdo que o autor apresenta de maneira direta, sem exigir do leitor um esforço de interpretação mais aprofundado. Ao compreender um texto, o leitor se concentra no significado das palavras, frases e parágrafos, buscando captar o sentido literal e objetivo daquilo que está sendo dito. Ou seja, a compreensão é o processo de absorver as informações que estão na superfície do texto, sem precisar buscar significados ocultos ou inferências.

Exemplo de compreensão:

Se o texto afirma: “Jorge era infeliz quando fumava”, a compreensão dessa frase nos leva a concluir apenas o que está claramente dito: Jorge, em determinado período de sua vida em que fumava, era uma pessoa infeliz.

Por outro lado, a **interpretação** envolve a leitura das entrelinhas, a busca por sentidos implícitos e o esforço para compreender o que não está diretamente expresso no texto. Essa habilidade requer do leitor uma análise mais profunda, considerando fatores como contexto, intenções do autor, experiências pessoais e conhecimentos prévios. A interpretação é a construção de significados que vão além das palavras literais, e isso pode envolver deduzir informações não explícitas, perceber ironias, analogias ou entender o subtexto de uma mensagem.

Exemplo de interpretação:

Voltando à frase “Jorge era infeliz quando fumava”, a interpretação permite deduzir que Jorge provavelmente parou de fumar e, com isso, encontrou a felicidade. Essa conclusão não está diretamente expressa, mas é sugerida pelo contexto e pelas implicações da frase.

Em resumo, a compreensão é o entendimento do que está no texto, enquanto a interpretação é a habilidade de extrair do texto o que ele não diz diretamente, mas sugere. Enquanto a compreensão requer uma leitura atenta e literal, a interpretação exige uma leitura crítica e analítica, na qual o leitor deve conectar ideias, fazer inferências e até questionar as intenções do autor.

Ter consciência dessas diferenças é fundamental para o sucesso em provas que avaliam a capacidade de lidar com textos, pois, muitas vezes, as questões irão exigir que o candidato saiba

identificar informações explícitas e, em outras ocasiões, que ele demonstre a capacidade de interpretar significados mais profundos e complexos.

TIPOS DE LINGUAGEM

Para uma interpretação de textos eficaz, é fundamental entender os diferentes tipos de linguagem que podem ser empregados em um texto. Conhecer essas formas de expressão ajuda a identificar nuances e significados, o que torna a leitura e a interpretação mais precisas. Há três principais tipos de linguagem que costumam ser abordados nos estudos de Língua Portuguesa: a linguagem verbal, a linguagem não-verbal e a linguagem mista (ou híbrida).

► Linguagem Verbal

A linguagem verbal é aquela que utiliza as palavras como principal meio de comunicação. Pode ser apresentada de forma escrita ou oral, e é a mais comum nas interações humanas. É por meio da linguagem verbal que expressamos ideias, emoções, pensamentos e informações.

Exemplos:

- Um texto de livro, um artigo de jornal ou uma conversa entre duas pessoas são exemplos de linguagem verbal.
- Quando um autor escreve um poema, um romance ou uma carta, ele está utilizando a linguagem verbal para transmitir sua mensagem.

Na interpretação de textos, a linguagem verbal é a que oferece o conteúdo explícito para compreensão e análise. Portanto, ao se deparar com um texto em uma prova, é a partir da linguagem verbal que se começa o processo de interpretação, analisando as palavras, as estruturas frasais e a coesão do discurso.

► Linguagem Não-Verbal

A linguagem não-verbal é aquela que se comunica sem o uso de palavras. Ela faz uso de elementos visuais, como imagens, cores, símbolos, gestos, expressões faciais e sinais, para transmitir mensagens e informações. Esse tipo de linguagem é extremamente importante em nosso cotidiano, já que muitas vezes as imagens ou os gestos conseguem expressar significados que palavras não conseguem capturar com a mesma eficiência.

Exemplos:

- Uma placa de trânsito que indica “pare” por meio de uma cor vermelha e um formato específico.
- As expressões faciais e gestos durante uma conversa ou em um filme.

- Uma pintura, um logotipo ou uma fotografia que transmitem sentimentos, ideias ou informações sem o uso de palavras.

No contexto de interpretação, a linguagem não-verbal exige do leitor uma capacidade de decodificar mensagens que não estão escritas. Por exemplo, em uma prova que apresenta uma charge ou uma propaganda, será necessário interpretar os elementos visuais para compreender a mensagem que o autor deseja transmitir.

► Linguagem Mista (ou Híbrida)

A linguagem mista é a combinação da linguagem verbal e da linguagem não-verbal, ou seja, utiliza tanto palavras quanto imagens para se comunicar. Esse tipo de linguagem é amplamente utilizado em nosso dia a dia, pois permite a transmissão de mensagens de forma mais completa, já que se vale das características de ambas as linguagens.

Exemplos:

- Histórias em quadrinhos, que utilizam desenhos (linguagem não-verbal) e balões de fala (linguagem verbal) para narrar a história.
- Cartazes publicitários que unem imagens e slogans para atrair a atenção e transmitir uma mensagem ao público.
- As apresentações de slides que combinam texto e imagens para tornar a explicação mais clara e interessante.

A linguagem mista exige do leitor uma capacidade de integrar informações provenientes de diferentes fontes para construir o sentido global da mensagem. Em uma prova, por exemplo, é comum encontrar questões que apresentam textos e imagens juntos, exigindo que o candidato compreenda a interação entre a linguagem verbal e não-verbal para interpretar corretamente o conteúdo.

INTERTEXTUALIDADE

A intertextualidade é um conceito fundamental para quem deseja compreender e interpretar textos de maneira aprofundada. Trata-se do diálogo que um texto estabelece com outros textos, ou seja, a intertextualidade ocorre quando um texto faz referência, de maneira explícita ou implícita, a outro texto já existente. Esse fenômeno é comum na literatura, na publicidade, no jornalismo e em diversos outros tipos de comunicação.

► Definição de Intertextualidade

Intertextualidade é o processo pelo qual um texto se relaciona com outro, estabelecendo uma rede de significados que enriquece a interpretação. Ao fazer referência a outro texto, o autor cria um elo que pode servir para reforçar ideias, criticar, ironizar ou até prestar uma homenagem. Essa relação entre textos pode ocorrer de várias formas e em diferentes graus de intensidade, dependendo de como o autor escolhe incorporar ou dialogar com o texto de origem.

O conceito de intertextualidade sugere que nenhum texto é completamente original, pois todos se alimentam de outros textos e discursos que já existem, criando um jogo de influências,

inspirações e referências. Portanto, a compreensão de um texto muitas vezes se amplia quando reconhecemos as conexões intertextuais que ele estabelece.

► Tipos de Intertextualidade

A intertextualidade pode ocorrer de diferentes formas. Aqui estão os principais tipos que você deve conhecer:

▪ **Citação:** É a forma mais explícita de intertextualidade. Ocorre quando um autor incorpora, de forma literal, uma passagem de outro texto em sua obra, geralmente colocando a citação entre aspas ou destacando-a de alguma maneira.

▪ **Exemplo:** Em um artigo científico, ao citar um trecho de uma obra de um pesquisador renomado, o autor está utilizando a intertextualidade por meio da citação.

▪ **Paráfrase:** Trata-se da reescritura de um texto ou trecho de forma diferente, utilizando outras palavras, mas mantendo o mesmo conteúdo ou ideia central do original. A paráfrase respeita o sentido do texto base, mas o reinterpreta de forma nova.

▪ **Exemplo:** Um estudante que lê um poema de Carlos Drummond de Andrade e reescreve os versos com suas próprias palavras está fazendo uma paráfrase do texto original.

▪ **Paródia:** Nesse tipo de intertextualidade, o autor faz uso de um texto conhecido para criar um novo texto, mas com o objetivo de provocar humor, crítica ou ironia. A paródia modifica o texto original, subvertendo seu sentido ou adaptando-o a uma nova realidade.

▪ **Exemplo:** Uma música popular que é reescrita com uma nova letra para criticar um evento político recente é um caso de paródia.

▪ **Alusão:** A alusão é uma referência indireta a outro texto ou obra. Não é citada diretamente, mas há indícios claros que levam o leitor a perceber a relação com o texto original.

▪ **Exemplo:** Ao dizer que “este é o doce momento da maçã”, um texto faz alusão à narrativa bíblica de Adão e Eva, sem mencionar explicitamente a história.

▪ **Pastiche:** É um tipo de intertextualidade que imita o estilo ou a forma de outro autor ou obra, mas sem a intenção crítica ou irônica que caracteriza a paródia. Pode ser uma homenagem ou uma maneira de incorporar elementos de uma obra anterior em um novo contexto.

▪ **Exemplo:** Um romance que adota o estilo narrativo de um clássico literário como “Dom Quixote” ou “A Divina Comédia” para contar uma história contemporânea.

► A Função da Intertextualidade

A intertextualidade enriquece a leitura, pois permite que o leitor estabeleça conexões e compreenda melhor as intenções do autor. Ao perceber a referência a outro texto, o leitor amplia seu entendimento e aprecia o novo sentido que surge dessa relação. Além disso, a intertextualidade contribui para criar

INFORMÁTICA

CONCEITOS BÁSICOS DE INFORMÁTICA COM ÊNFASE EM FUNCIONALIDADES, ATALHOS E BOAS PRÁTICAS

A informática é um campo fundamental atualmente, influenciando desde a comunicação até a automação de processos empresariais. Dominar os conceitos básicos e saber utilizar corretamente as ferramentas disponíveis tornou-se essencial em diversas áreas profissionais.

Conceitos Básicos

A informática refere-se ao conjunto de conhecimentos e técnicas voltados ao processamento de informações por meio de dispositivos eletrônicos, como computadores, smartphones e tablets. Para compreender o funcionamento dessas tecnologias, é importante conhecer alguns conceitos fundamentais:

- **Hardware:** Componentes físicos de um sistema computacional, como processadores, memória RAM, discos rígidos (HDs ou SSDs), monitores, teclados e mouses.
- **Software:** Programas e sistemas operacionais que controlam o funcionamento dos dispositivos eletrônicos, permitindo a execução de tarefas diversas.
- **Sistema Operacional (SO):** Software que gerencia os recursos do computador, facilitando a interação entre o usuário e o hardware. Exemplos incluem Windows, macOS, Linux e Android.
- **Arquitetura de Computadores:** Estrutura e organização dos componentes do sistema computacional, incluindo a CPU, memórias e dispositivos de entrada e saída.

Utilização das Tecnologias e Ferramentas

O uso eficiente das tecnologias de informática envolve o domínio de ferramentas e aplicativos que otimizam a produtividade e a comunicação. A seguir, destacamos algumas das principais áreas e suas aplicações:

Sistemas Operacionais

Os sistemas operacionais fornecem a base para a utilização do computador e outros dispositivos. Entre suas principais funções, destacam-se:

- Gerenciamento de arquivos e pastas (explorador de arquivos);
- Gerenciamento de processos e aplicativos em execução;
- Configuração de dispositivos e redes.

Aplicativos de Escritório

Os pacotes de produtividade, como o Microsoft Office (Word, Excel, PowerPoint) e o Google Workspace (Docs, Sheets, Slides), são amplamente utilizados para criação de documentos, planilhas e apresentações.

- **Processadores de Texto:** Softwares como Microsoft Word e Google Docs permitem a edição e formatação de textos, além da inclusão de imagens, tabelas e gráficos.
- **Planilhas Eletrônicas:** Ferramentas como Excel e Google Sheets possibilitam cálculos, organização de dados e criação de gráficos interativos.
- **Apresentações:** Softwares como PowerPoint e Google Slides são utilizados para elaborar apresentações visuais com animações, imagens e textos.

Navegadores de Internet e Segurança Digital

Os navegadores de internet, como Google Chrome, Mozilla Firefox, Microsoft Edge e Safari, permitem acessar páginas da web e serviços online. Para uma navegação segura, é importante seguir boas práticas, como:

- Atualizar constantemente os navegadores e sistemas operacionais;
- Evitar acessar sites não confiáveis;
- Utilizar senhas fortes e ativar a autenticação em dois fatores.

E-mails e Comunicação Digital

O correio eletrônico (e-mail) é uma ferramenta essencial para comunicação pessoal e profissional. Alguns serviços populares incluem Gmail, Outlook e Yahoo Mail. Além do e-mail, outras plataformas de comunicação digital são:

- Redes Sociais: Facebook, LinkedIn, Twitter, Instagram;
- Mensageiros Instantâneos: WhatsApp, Telegram, Microsoft Teams.

Armazenamento em Nuvem

Os serviços de armazenamento em nuvem permitem salvar e compartilhar arquivos remotamente, garantindo acesso de qualquer lugar com conexão à internet. Exemplos incluem:

- Google Drive;
- Dropbox;
- OneDrive.

Ferramentas de Segurança e Proteção de Dados

A segurança da informação é um aspecto fundamental da informática. Algumas práticas e ferramentas importantes incluem:

- **Antivírus:** Softwares como Avast, Kaspersky e Windows Defender ajudam a proteger contra ameaças virtuais.

- Firewall: Filtra e bloqueia acessos não autorizados à rede.
- Criptografia de Dados: Protege informações sigilosas por meio de codificação.

Boas práticas

O uso adequado das ferramentas tecnológicas requer a aplicação de procedimentos básicos que garantam a eficiência e a segurança digital. Entre os principais procedimentos, destacam-se:

- **Organização de Arquivos e Pastas:** Manter uma estrutura de diretórios bem organizada facilita a localização e recuperação de informações.
- **Backup de Dados:** Realizar cópias de segurança regularmente evita perdas em caso de falhas no sistema.
- **Atualizações de Software:** Manter sistemas operacionais e aplicativos sempre atualizados melhora a segurança e o desempenho.
- **Manutenção Preventiva de Computadores:** Inclui limpeza física e digital dos dispositivos para garantir maior durabilidade e eficiência.

SISTEMAS OPERACIONAIS (WINDOWS/LINUX). ATALHOS E FORMATAÇÃO NO WINDOWS

Windows 10

O Windows 10 é um sistema operacional desenvolvido pela Microsoft, parte da família de sistemas operacionais Windows NT. Lançado em julho de 2015, ele sucedeu o Windows 8.1 e trouxe uma série de melhorias e novidades, como o retorno do Menu Iniciar, a assistente virtual Cortana, o navegador Microsoft Edge e a funcionalidade de múltiplas áreas de trabalho. Projetado para ser rápido e seguro, o Windows 10 é compatível com uma ampla gama de dispositivos, desde PCs e tablets até o Xbox e dispositivos IoT.

Principais Características e Novidades

- **Menu Iniciar:** O Menu Iniciar, ausente no Windows 8, retorna com melhorias no Windows 10. Ele combina os blocos dinâmicos (tiles) do Windows 8 com o design tradicional do Windows 7, permitindo fácil acesso a programas, configurações e documentos recentes.
- **Assistente Virtual Cortana:** A Cortana é uma assistente digital que permite realizar tarefas por comandos de voz, como enviar e-mails, configurar alarmes e pesquisar na web. Este recurso é similar ao Siri da Apple e ao Google Assistant.
- **Microsoft Edge:** O navegador Edge substituiu o Internet Explorer no Windows 10. Ele é mais rápido e seguro, oferecendo recursos como anotações em páginas web e integração com a Cortana para pesquisas rápidas.
- **Múltiplas Áreas de Trabalho:** Esse recurso permite criar várias áreas de trabalho para organizar melhor as tarefas e aplicativos abertos, sendo útil para multitarefas ou organização de projetos.

Instalação do Windows

- Baixe a ferramenta de criação de mídia no site da Microsoft.
- Use-a para criar um pendrive bootável com a ISO do Windows.
- Reinicie o PC e entre na BIOS/UEFI para priorizar o boot pelo pendrive.
- Na instalação, selecione idioma e versão, depois a partição (formate se necessário).
- Crie um usuário e siga os passos da configuração inicial.
- Após finalizar, o Windows estará pronto para uso.

Operações de iniciar, reiniciar, desligar, login, logoff, bloquear e desbloquear

Botão Iniciar

O Botão Iniciar dá acesso aos programas instalados no computador, abrindo o Menu Iniciar que funciona como um centro de comando do PC.

ÉTICA

ÉTICA NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA; PRINCIPAIS DEVERES DO SERVIDOR PÚBLICO; VEDAÇÕES AO SERVIDOR PÚBLICO; CÓDIGO DE ÉTICA PROFISSIONAL DO SERVIDOR PÚBLICO CIVIL DO PODER EXECUTIVO FEDERAL (DECRETO Nº 1.171, DE 22 DE JUNHO DE 1994)

A ética é a parte da filosofia que trata da reflexão sobre os princípios que fundamentam a moral. Pode ser entendida como uma teoria filosófica ou científica. Ética é um código moral que pretende ser o único conjunto de regras de conduta harmonicamente coerentes ao qual toda pessoa considerada moral deva obedecer¹.

A necessidade de se definir os caminhos éticos a serem seguidos por profissionais de diversos ramos específicos fez multiplicar, nos últimos anos, os chamados “códigos de ética” relativos às mais diversas profissões (código de ética da advocacia, código de ética da medicina, etc.)².

Os “códigos de ética” se caracterizam por princípios e regras que visam justamente definir condutas a serem seguidas por um determinado grupo de profissionais.

Não poderia ser diferente em relação à profissão dos servidores públicos, sobretudo quando se leva em consideração que a Administração Pública deve se pautar pelo princípio da moralidade, sendo exigido de seus agentes, aos quais se incumbe a materialização da vontade do Estado por meio de atos e procedimentos administrativos, um comportamento regido pela ética.

Os “códigos de ética” são mais que mero conjunto de leis a serem observadas por seus destinatários, no caso os servidores públicos, sob pena da sanção estatal; os “códigos de ética” são, na realidade um conjunto de normas a serem observadas, não por medo da violência do Estado por sua inobservância (sanção), mas por senso e consciência moral livre, autônoma e íntima, por convicção interna, de que os serviços públicos devem orientar-se à consecução do bem comum e prestígio à solidariedade social como meios de sobrevivência e harmonia da sociedade para o que se exige o estrito respeito ao elemento ético que deve compor todo o agir humano.

Referido Decreto descreve regras de conduta a serem seguidas pelos agentes públicos (regras deontológicas), deveres fundamentais do servidor público e também vedações ao servidor público.

Da mesma forma, considerada um dos pilares da legislação anticorrupção, a Lei de Improbidade Administrativa (LIA), nome pela qual ficou conhecida a Lei nº 8.429, de 2 de junho de 1992¹, é dividida em três seções:

“I - Dos Atos de Improbidade Administrativa que Importam Enriquecimento Ilícito”;

II - “Dos Atos de Improbidade Administrativa que Causam Prejuízo ao Erário”; e

III - “Dos Atos de Improbidade Administrativa que Atentam Contra os Princípios da Administração Pública”.

Os Atos de improbidade administrativa atentam contra o Erário, resultam em enriquecimento ilícito ou atentam contra os princípios da administração pública. Entre as penas previstas estão o ressarcimento ao Erário, a indisponibilidade dos bens e a suspensão dos direitos políticos².

Não obstante o reconhecimento da necessidade de atualização da Lei, seu texto sofreu alteração pela Lei nº 14.230, de 25 de outubro de 2021³, sendo alvo de intensos debates e contravérsias: para alguns críticos, houve uma flexibilização da LIA, para outros buscou-se evitar seu uso político.

Da lei original, apenas os artigos 15 e 19 não foram objeto de modificação. Todos os demais foram alterados ou revogados.

A principal alteração trazida pela novel legislação é a extinção da modalidade culposa de improbidade. Com efeito, só poderão ser punidos por improbidade administrativa aqueles que tiverem “a vontade livre e consciente de alcançar o resultado ilícito tipificado nos artigos 9º, 10 e 11, não bastando a voluntariedade do agente”. (Art. 1º, § 2º).

Destaque também para a atribuição de competência exclusiva do Ministério Público para propor ações, com exigência de que a inicial da ação de improbidade já contenha as provas ou indícios da prática do ato de improbidade, sob pena de litigância de má-fé (Art. 17, caput e § 6º, I e II).

Outro ponto relevante diz respeito à dosimetria das penas: a Lei nº 14.230/2021 acaba com a pena mínima de suspensão dos direitos políticos (de 8 anos), e aumenta a pena máxima, que passa a ser de 14 anos; estabelece ainda pena maior para o enriquecimento ilícito (Art. 12, I, II).

1 Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8429.htm.

2 Alterações na Lei de Improbidade Administrativa - Lei nº 8.429/1992 (Lei nº 14.230/2021). CADIP – CENTRO DE APOIO AO DIREITO PÚBLICO. Coordenadoria do Cadip (biênio 2022-2023). São Paulo, 15 de março de 2023 (4ª edição).

3 Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2019-2022/2021/Lei/L14230.htm#art1.

1 CAVA, Wilson; GOMES, Celso Augusto dos Santos. ÉTICA NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA: alguns apontamentos. Trabalho de Conclusão de Curso (Especialização) – Curso Gestão, Assessoramento e Estado-Maior, Escola de Formação Complementar do Exército, 2018.

2 BORTOLETO, Leandro; MÜLLER, Perla. Noções de ética no serviço público. Editora Jus Podivm, 2014.

Como principais alvos de críticas, pode-se registrar a introdução da prescrição intercorrente (Art. 23, § 8º), a conversão da lista dos atos de improbidade de exemplificativa em taxativa no texto da lei (Art. 11, caput) e finalmente, a limitação de prazos para ressarcimento aos cofres públicos, restrição ausente no projeto original, que previa a imprescritibilidade de ressarcimento do dano ao patrimônio público.

DIREITOS E DEVERES DOS SERVIDORES PÚBLICOS¹

Os direitos do servidor público estão consagrados, em grande parte, na Constituição Federal (arts. 37 a 41); não há impedimento, contudo, para que outros direitos sejam outorgados pelas Constituições Estaduais ou mesmo nas leis ordinárias dos Estados e Municípios.

Os direitos e deveres do servidor público estatutário constam do Estatuto do Servidor que cada unidade da Federação tem competência para estabelecer, ou da CLT, se o regime celetista for o escolhido para reger as relações de emprego. Em qualquer hipótese, deverão ser observadas as normas da Constituição Federal.

Os estatutos promulgados antes da atual Constituição consignam os direitos e deveres do funcionário. A Lei nº 8.112/90, também estabelece em seus artigos os direitos e deveres dos servidores públicos.

Dentre os direitos, incluem-se os concernentes a férias, licenças, vencimento ou remuneração e demais vantagens pecuniárias, assistência, direito de petição, disponibilidade e aposentadoria, alguns deles já analisados no item concernente às normas constitucionais.

Com relação à retribuição pecuniária (direito ao estípcio), já foi visto que a Emenda Constitucional nº 19/98 introduziu, ao lado do regime de remuneração ou vencimento, o sistema de subsídio. Para estes, o estípcio compõe-se de uma parcela única, vedado acréscimo de vantagens outras de qualquer espécie. Para os servidores em regime de remuneração, continuam a existir as vantagens pecuniárias acrescidas ao padrão fixado em lei.

A legislação ordinária emprega, com sentidos precisos, os vocábulos vencimento e remuneração, usados indiferentemente na Constituição. Na lei federal, vencimento é a retribuição pecuniária pelo efetivo exercício do cargo, correspondente ao padrão fixado em lei (art. 40 da Lei nº 8.112/90) e remuneração é o vencimento e mais as vantagens pecuniárias atribuídas em lei (art. 41). Provento é a retribuição pecuniária a que faz jus o aposentado. E pensão é o benefício pago aos dependentes do servidor falecido. O vencimento, o subsídio e a remuneração (inclusive as vantagens pecuniárias de qualquer espécie), os proventos e a pensão são definidos em lei (arts. 37, X, 40, § 3º, 61, § 1º, a e d, da Constituição).

Com relação às vantagens pecuniárias, Hely Lopes Meirelles, faz uma classificação que já se tornou clássica; para ele, “vantagens pecuniárias são acréscimos ao vencimento do servidor, concedidas a título definitivo ou transitório, pela decorrência do tempo de serviço (*ex facto temporis*), ou pelo desempenho de funções especiais (*ex facto officii*), ou em razão das condições anormais em que se realiza o serviço (*propter laborem*), ou, finalmente, em razão de condições pessoais do servidor (*propter personam*). As duas primeiras espécies constituem os

adicionais (adicionais de vencimento e adicionais de função), as duas últimas formam a categoria das gratificações de serviço e gratificações pessoais”. A Lei nº 8.112/90, em seu artigo 49, prevê as vantagens que podem ser pagas ao servidor, incluindo, além dos adicionais e gratificações, também as indenizações, que compreendem a ajuda de custo, as diárias, o transporte e o auxílio-moradia (definidos nos artigos subsequentes).

São exemplos de adicionais por tempo de serviço os acréscimos devidos por quinquênio e a sexta parte dos vencimentos, previstos na Constituição paulista (art. 129). Eles aderem ao vencimento e incluem-se nos cálculos dos proventos de aposentadoria.

Os **adicionais de função** são pagos em decorrência da natureza especial da função ou do regime especial de trabalho, como as vantagens de nível universitário e o adicional de dedicação exclusiva. Em regra, também se incorporam aos vencimentos e aos proventos desde que atendidas as condições legais.

A **gratificação de serviço** é retribuição paga em decorrência das condições anormais em que o serviço é prestado. Como exemplo, podem ser citadas as gratificações de representação, de insalubridade, de risco de vida e saúde.

As **gratificações pessoais** correspondem a acréscimos devidos em razão de situações individuais do servidor, como o salário-esposa e o salário-família.

Embora a classificação citada seja útil, até para fins didáticos, o critério distintivo – incorporação dos adicionais aos vencimentos e não incorporação das gratificações – nem sempre é o que decorre da lei; esta é que define as condições em que cada vantagem é devida e calculada e estabelece as hipóteses de incorporação. É frequente a lei determinar que uma gratificação (por exemplo, a de risco de vida e saúde) se incorpore aos vencimentos depois de determinado período de tempo. É evidente, contudo, que, no silêncio da lei, tem-se que entender que a gratificação de serviço somente é devida enquanto perdurarem as condições especiais de sua execução, não havendo infringência ao princípio constitucional da irredutibilidade de vencimento na retirada da vantagem quando o servidor deixa de desempenhar a função que lhe conferiu o acréscimo. As gratificações que não se incorporam não são incluídas nos vencimentos para fins de cálculo dos proventos de aposentadoria e de pensão dos dependentes.

O princípio da irredutibilidade de vencimentos diz respeito ao padrão de cada cargo, emprego ou função e às vantagens pecuniárias já incorporadas; não abrange as vantagens transitórias, somente devidas em razão de trabalho que está sendo executado em condições especiais; cessado este, suspende-se o pagamento do acréscimo, correspondente ao cargo, emprego ou função.

Os vencimentos do servidor público (empregada a palavra em sentido amplo, para abranger também as vantagens pecuniárias) têm caráter alimentar e, por isso mesmo, não podem ser objeto de penhora, arresto ou sequestro, consoante artigos 649, IV, 821 e 823 do CPC. Pelo artigo 833, IV, do novo CPC, são impenhoráveis os vencimentos, os subsídios, os soldos, os salários, as remunerações, os proventos de aposentadoria, as pensões, os pecúlios e os montepios. Pela mesma razão, o artigo 100 da Constituição e o artigo 33 de suas disposições transitórias, ao excluírem os créditos de natureza alimentar do processo especial de execução contra a Fazenda Pública, sempre foram interpretados de modo a incluir, na ressalva, os vencimentos devidos aos

1 Pietro, Maria Sylvia Zanella D. *Direito Administrativo*. (36th edição). Grupo GEN, 2023.

CONHECIMENTOS PROFISSIONAIS

AÇÕES DE CONTROLE DE ENDEMIAS; DOENÇAS ENDÊMICAS E EPIDÊMICAS

A saúde pública é um campo essencial para o bem-estar das populações, focando na prevenção e controle de doenças e na promoção da saúde coletiva. Entre os conceitos fundamentais nesse campo estão os surtos, endemias, epidemias e a imunização. Estes termos representam diferentes aspectos da dinâmica das doenças dentro de uma comunidade e as estratégias utilizadas para controlá-las e preveni-las.

Os surtos referem-se à ocorrência de casos de uma determinada doença em um espaço específico, enquanto as endemias são caracterizadas pela presença constante de uma doença em uma população ou área geográfica. Por outro lado, as epidemias indicam um aumento súbito e significativo no número de casos de uma doença acima do esperado para aquela população. A imunização, por sua vez, é uma ferramenta crucial na prevenção de doenças, utilizando vacinas para proteger os indivíduos e, consequentemente, a comunidade.

Neste contexto, é fundamental que os agentes de endemias compreendam a diferença entre esses conceitos e suas implicações práticas para a saúde pública. Conhecer as características de cada um e as estratégias de controle e prevenção é essencial para a eficácia das ações de saúde.

► Surtos: Definição e Exemplos

Definição de Surtos

Na área da saúde pública, o termo “surto” refere-se a um agrupamento de casos de uma doença ou condição de saúde que ocorre em um espaço geográfico ou temporal específico, mais frequentemente do que seria esperado por acaso. Esse agrupamento pode indicar uma fonte comum de infecção ou um fator de risco compartilhado entre os indivíduos afetados. Identificar surtos é crucial para a implementação de medidas de controle e prevenção de surtos.

Tipos de Surtos

▪ **Surtos Espaciais:** Ocorrem quando há um aumento significativo de casos em uma localização geográfica específica. Isso pode indicar uma fonte local de contaminação, como um reservatório de água contaminada ou um vetor transmissor de doenças.

▪ **Surtos Temporais:** Caracterizam-se por um aumento no número de casos em um determinado período. Exemplos incluem surtos de gripe durante o inverno ou aumentos de casos de dengue durante a estação das chuvas.

▪ **Surtos Espaço-Temporais:** Envolvem a combinação de elementos espaciais e temporais, como um surto de gastroenterite em um bairro específico durante um curto intervalo de tempo.

Exemplos de Surtos

Surto de Doença Transmitida por Alimentos: Um exemplo clássico de surto espacial é um surto de intoxicação alimentar entre frequentadores de um restaurante específico. A investigação epidemiológica pode rastrear a fonte da contaminação, como alimentos mal armazenados ou manipulados de forma inadequada.

Casos de Tuberculose em uma Comunidade: A detecção de um surto de casos de tuberculose em uma área urbana pode indicar a presença de um indivíduo infectado que está espalhando a bactéria para contatos próximos. Medidas de controle podem incluir rastreamento de contatos, tratamento dos infectados e campanhas de educação sobre a doença.

Aumento de Casos de Dengue em uma Cidade: Durante a estação das chuvas, pode ocorrer um surto temporal de casos de dengue devido à proliferação de mosquitos *Aedes aegypti*, que são os vetores da doença. Medidas preventivas, como eliminação de criadouros e campanhas de conscientização, são essenciais para controlar esses surtos.

Surtos de COVID-19 em Eventos Sociais: Durante a pandemia de COVID-19, surtos espaço-temporais foram frequentemente observados em eventos sociais, como casamentos e festas. A investigação desses surtos ajudou a implementar medidas de distanciamento social e a reforçar a importância do uso de máscaras e da higienização das mãos.

Importância da Identificação de Surtos

A identificação de surtos é uma ferramenta fundamental para os profissionais de saúde pública. Ela permite:

▪ **Detecção Precoce de Surtos:** Identificar surtos pode ajudar a detectar surtos de doenças em estágio inicial, permitindo uma resposta rápida e eficaz.

▪ **Implementação de Medidas de Controle:** Conhecer a localização e o período dos surtos facilita a implementação de medidas de controle direcionadas, como quarentenas, campanhas de vacinação e intervenções ambientais.

▪ **Planejamento e Alocação de Recursos:** Informações sobre surtos ajudam na alocação eficiente de recursos, como profissionais de saúde, medicamentos e equipamentos.

- **Educação e Conscientização da População:** Informar a população sobre a existência de surtos pode aumentar a conscientização e a adesão às medidas preventivas.

Entender e identificar surtos é essencial para a saúde pública. Eles fornecem informações valiosas sobre a dinâmica de disseminação das doenças e ajudam a orientar ações preventivas e de controle. Agentes de endemias desempenham um papel crucial na detecção e resposta a esses surtos, contribuindo significativamente para a proteção da saúde da comunidade.

► Endemias: Características e Impactos na População

Definição de Endemias

Endemias referem-se à presença constante e usual de uma doença ou condição de saúde em uma população ou região geográfica específica. Diferentemente das epidemias, que são caracterizadas por um aumento súbito no número de casos, as endemias apresentam uma taxa relativamente estável de incidência ao longo do tempo. Essa estabilidade pode ser resultado de fatores ambientais, sociais e biológicos que mantêm a doença presente na comunidade de forma contínua.

Características das Endemias

- **Estabilidade da Incidência:** As endemias apresentam uma incidência constante, sem grandes flutuações no número de casos ao longo do tempo. Essa estabilidade é uma característica marcante que diferencia endemias de surtos e epidemias.
- **Fatores Ambientais e Sociais:** Fatores ambientais, como clima e presença de vetores, e fatores sociais, como condições de saneamento e práticas culturais, desempenham um papel crucial na manutenção das endemias.
- **Resistência e Adaptação dos Agentes Patogênicos:** Agentes causadores de doenças endêmicas frequentemente desenvolvem mecanismos de adaptação que lhes permitem sobreviver e se proliferar nas condições específicas da região afetada.
- **Imunidade Parcial da População:** Em regiões onde uma doença é endêmica, a população pode desenvolver uma imunidade parcial ou total, resultado de exposições repetidas ao agente patogênico.

Exemplos de Endemias

- **Malária na África Subsaariana:** A malária é endêmica em muitas regiões da África Subsaariana, devido à presença constante do mosquito Anopheles, vetor da doença. Condições ambientais favoráveis, como clima quente e úmido, e a ausência de controle adequado dos vetores contribuem para a manutenção da doença.
- **Doença de Chagas na América Latina:** Causada pelo parasita Trypanosoma cruzi e transmitida por insetos triatomíneos, a doença de Chagas é endêmica em várias regiões da América Latina. Fatores como habitações precárias e a presença do vetor no ambiente domiciliar são determinantes para a persistência da doença.

- **Esquistossomose no Brasil:** A esquistossomose, causada por parasitas do gênero Schistosoma, é endêmica em várias áreas do Brasil. A doença está associada a corpos d'água contaminados onde os caramujos hospedeiros intermediários proliferam.

- **Febre Amarela em Regiões Tropicais:** A febre amarela é endêmica em várias regiões tropicais da América do Sul e da África, onde a presença de mosquitos vetores, como Aedes aegypti e Haemagogus, facilita a transmissão contínua do vírus.

Impactos das Endemias na População

- **Impacto na Saúde Pública:** As endemias representam um desafio constante para os sistemas de saúde pública, exigindo recursos contínuos para diagnóstico, tratamento e prevenção. A carga de doenças endêmicas pode sobrecarregar os serviços de saúde e afetar a capacidade de resposta a outras emergências sanitárias.
- **Efeitos Econômicos:** Doenças endêmicas podem ter um impacto significativo na economia local, afetando a produtividade da força de trabalho, aumentando os custos de saúde e influenciando negativamente o desenvolvimento econômico. A presença constante de doenças pode desincentivar investimentos e turismo em regiões afetadas.
- **Desigualdades Sociais:** As endemias muitas vezes afetam desproporcionalmente populações vulneráveis, exacerbando desigualdades sociais. Fatores como pobreza, falta de acesso a serviços de saúde e condições de vida precárias aumentam a susceptibilidade dessas populações às doenças endêmicas.
- **Qualidade de Vida:** A presença contínua de doenças endêmicas pode reduzir a qualidade de vida das populações afetadas, causando sofrimento físico e emocional. Doenças crônicas e debilitantes podem limitar a capacidade das pessoas de realizar atividades diárias e comprometer seu bem-estar geral.

Estratégias de Controle e Prevenção

- **Educação e Conscientização:** Campanhas educativas são fundamentais para aumentar a conscientização sobre medidas preventivas e incentivar comportamentos saudáveis. Programas de educação comunitária podem reduzir a transmissão de doenças endêmicas.
- **Melhoria do Saneamento Básico:** Investimentos em saneamento básico, como acesso a água potável e sistemas de esgoto adequados, são essenciais para reduzir a incidência de muitas doenças endêmicas.
- **Controle de Vetores:** Implementar medidas de controle de vetores, como a eliminação de criadouros e o uso de inseticidas, é crucial para reduzir a transmissão de doenças como a malária e a dengue.
- **Vacinação:** A imunização é uma estratégia eficaz para prevenir certas doenças endêmicas. Programas de vacinação em massa podem controlar e até erradicar doenças como a febre amarela.

SAÚDE PÚBLICA

SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE (SUS); PRINCÍPIOS E DIRETRIZES DO SUS

Prezado (a), o tema acima supracitado, já foi abordado na matéria de Conhecimentos Profissionais.

Bons estudos!

POLÍTICAS PÚBLICAS DE SAÚDE

Prezado (a), o tema acima supracitado, já foi abordado na matéria de Conhecimentos Profissionais.

Bons estudos!

FINANCIAMENTO DO SISTEMA DE SAÚDE

PRINCÍPIOS CONSTITUCIONAIS DO FINANCIAMENTO DO SUS

A Constituição Federal de 1988 representou um marco histórico na estruturação do sistema de saúde brasileiro, estabelecendo os fundamentos do Sistema Único de Saúde (SUS) e determinando que a saúde é um direito de todos e dever do Estado.

Dentro desse cenário, o financiamento da saúde pública passou a ser orientado por princípios constitucionais claros, que garantem os recursos necessários para a execução das ações e serviços de saúde, assegurando o atendimento universal, integral e equitativo à população.

► O SUS como dever do Estado e direito do cidadão

A Constituição, em seu artigo 196, define que a saúde é direito de todos e dever do Estado, garantido mediante políticas sociais e econômicas. Isso implica que o poder público tem a obrigação de planejar, financiar e executar ações que promovam, protejam e recuperem a saúde da população. Para que isso ocorra de forma efetiva, é necessário que existam mecanismos de financiamento sustentáveis e vinculados a recursos públicos.

A previsão constitucional criou o dever jurídico do Estado de manter um sistema público de saúde funcionando com qualidade e de forma universal. E isso só é possível com a existência de recursos financeiros adequados, o que gerou a necessidade de um modelo específico de financiamento.

► O pacto federativo e a repartição das responsabilidades financeiras

O modelo de financiamento do SUS é descentralizado e solidário, respeitando o pacto federativo estabelecido pela Constituição. Isso significa que a responsabilidade pelo financiamento do sistema é compartilhada entre os três níveis de governo: União, Estados e Municípios. Cada esfera tem obrigações específicas quanto à aplicação de recursos públicos em saúde.

Essa repartição de responsabilidades visa garantir a autonomia dos entes federativos, mas também reforça a necessidade de cooperação entre eles. Sem essa articulação, há risco de sobrecarga de um dos níveis e descontinuidade nos serviços de saúde, o que pode comprometer a universalidade e integralidade do atendimento.

► A Emenda Constitucional 29 e a obrigatoriedade de aplicação mínima

Um dos principais marcos legais que regulamentam o financiamento do SUS é a Emenda Constitucional nº 29, de 2000. Ela estabeleceu percentuais mínimos que cada ente federativo deve aplicar anualmente em ações e serviços públicos de saúde:

- A União deve aplicar, no mínimo, o valor do ano anterior corrigido pela variação nominal do Produto Interno Bruto (PIB).
- Os Estados devem investir, pelo menos, 12% de sua receita própria.
- Os Municípios têm obrigação de aplicar, no mínimo, 15% de sua receita própria.

Essa emenda buscou combater a subfinanciamento crônico da saúde, tornando obrigatória a destinação de recursos mínimos para o setor. Antes disso, a aplicação em saúde ficava muito sujeita às variações políticas e orçamentárias, o que prejudicava a continuidade dos serviços.

► A regulamentação da EC 29: a Lei Complementar 141/2012

Embora a Emenda Constitucional 29 tenha definido os percentuais mínimos, foi só com a edição da Lei Complementar nº 141, de 2012, que houve a regulamentação dos critérios para a apuração dos valores mínimos e a definição clara do que pode ou não ser considerado gasto em saúde.

Essa lei também reforça a transparência e o controle social sobre os recursos da saúde, exigindo a divulgação dos gastos e o fortalecimento dos conselhos de saúde como espaços de fiscalização e participação popular.

► **Princípios constitucionais aplicados ao financiamento**

Além da obrigatoriedade legal dos repasses e da repartição federativa, o financiamento do SUS é guiado por princípios constitucionais que norteiam todo o sistema:

- **Universalidade:** O financiamento deve garantir acesso a toda a população, sem qualquer forma de discriminação.
- **Integralidade:** Os recursos devem ser suficientes para atender todas as necessidades de saúde dos cidadãos, do atendimento básico ao de alta complexidade.
- **Equidade:** A alocação de recursos deve levar em conta as desigualdades regionais e sociais, destinando mais a quem mais precisa.

Esses princípios não são apenas diretrizes abstratas: eles têm implicações práticas na formulação de políticas públicas e na distribuição dos recursos entre estados e municípios, buscando garantir justiça social e eficiência no uso do dinheiro público.

AS TRÊS ESFERAS DE GOVERNO E SUAS RESPONSABILIDADES FINANCEIRAS NO SUS

O Sistema Único de Saúde (SUS) foi estruturado sob o princípio da descentralização administrativa, um dos pilares estabelecidos pela Constituição Federal de 1988. Isso significa que as responsabilidades pela execução das ações e serviços de saúde, bem como o financiamento dessas atividades, são compartilhadas entre os três níveis de governo: União, Estados e Municípios. Cada esfera tem competências definidas e deve garantir, por meio de recursos próprios e transferências, o funcionamento efetivo do sistema de saúde.

Essa divisão de responsabilidades busca não apenas tornar o sistema mais eficiente e próximo das necessidades locais, mas também assegurar que todos os entes federativos participem da construção de um sistema de saúde justo, universal e integral.

► **O papel da União no financiamento do SUS**

A União é responsável por coordenar o sistema de saúde em âmbito nacional, além de exercer funções de normatização, regulação e financiamento complementar. Do ponto de vista financeiro, a União tem as seguintes atribuições principais:

- **Planejar e estabelecer políticas nacionais de saúde,** que orientam as ações das demais esferas de governo.
- **Financiar ações e serviços de saúde de forma complementar,** especialmente aqueles de maior custo ou complexidade.
- **Distribuir recursos do Fundo Nacional de Saúde** para Estados e Municípios, conforme critérios técnicos e legais.
- **Apoiar financeiramente regiões com menor capacidade econômica,** reduzindo desigualdades regionais no acesso à saúde.

De acordo com a Emenda Constitucional 95, que instituiu o teto de gastos públicos, a União deve aplicar anualmente o valor do ano anterior corrigido pela inflação, o que gerou debates e preocupações em relação à manutenção e à ampliação dos serviços de saúde.

► **Responsabilidades financeiras dos Estados**

Os Estados atuam como elo intermediário entre a União e os Municípios, possuindo responsabilidades próprias e de apoio. Suas funções financeiras incluem:

- **Aplicar, no mínimo, 12% da receita própria em ações e serviços públicos de saúde,** conforme determina a Emenda Constitucional 29.
- **Coordenar o planejamento regional da saúde,** promovendo a articulação entre os municípios de sua área geográfica.
- **Executar ações de média e alta complexidade,** como hospitais regionais e laboratórios especializados.
- **Complementar o financiamento dos municípios,** em casos de necessidade ou insuficiência de recursos locais.

Os Estados também são responsáveis por parte do custeio das redes hospitalares estaduais e por investimentos em infraestrutura e equipamentos de saúde que atendem a mais de um município.

► **Responsabilidades financeiras dos Municípios**

Os Municípios são os principais executores das ações e serviços de saúde, já que estão mais próximos da população e conhecem melhor as demandas locais. Por isso, a municipalização do SUS foi um passo importante na descentralização do sistema. Em termos financeiros, os Municípios devem:

- **Aplicar, no mínimo, 15% da receita própria em saúde,** conforme estabelecido pela Constituição.
- **Gerenciar os serviços da atenção primária à saúde,** como postos de saúde, vacinação, atendimento ambulatorial e ações de prevenção.
- **Organizar e manter os serviços de urgência e emergência,** como o SAMU e as unidades de pronto atendimento (UPAs), quando sob sua responsabilidade.
- **Participar dos consórcios regionais,** com outros municípios, para oferecer serviços de média e alta complexidade.

Embora tenham grande carga de responsabilidade na execução do SUS, muitos municípios enfrentam dificuldades financeiras, especialmente os de pequeno porte. Isso torna essencial o apoio técnico e financeiro dos Estados e da União.

► **A lógica da descentralização e da cooperação federativa**

A descentralização do SUS foi uma estratégia para tornar o sistema mais ágil e eficiente, adaptando os serviços às realidades locais. Contudo, essa descentralização exige cooperação e coordenação constante entre os entes federativos. As responsabilidades financeiras precisam ser equilibradas, com repasses regulares e planejados, além de uma definição clara de competências.

A Constituição e a legislação infraconstitucional estabeleceram a gestão compartilhada como princípio orientador, sendo operacionalizada por meio de instâncias como as comissões intergestores bipartite (CIB) e tripartite (CIT), que reúnem representantes das três esferas para definir políticas, pactuar metas e discutir financiamento.



GOSTOU DESSE MATERIAL?

Então não pare por aqui: a versão **COMPLETA** vai te deixar ainda mais perto da sua aprovação e da tão sonhada estabilidade. Aproveite o **DESCONTO EXCLUSIVO** que liberamos para Você!

EU QUERO DESCONTO!